

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury
Felipe Guimarães de Oliveira

Prefácio
Fernando Facury Scaff

DIREITO ECONÔMICO E CONCORRÊNCIA

Estudos e Perspectivas

Área específica

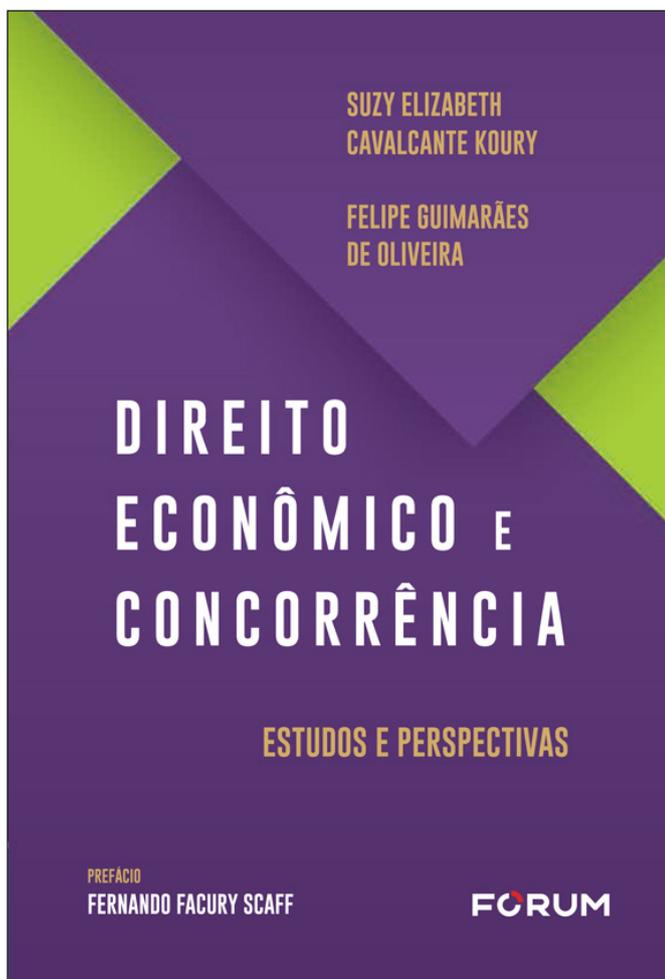
DIREITO ECONÔMICO

Áreas afins

TEORIA ECONÔMICA, DIREITO
CONCORRENCIAL, DIREITO DO
CONSUMIDOR E DIREITO DO TRABALHO.

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE CURSOS DE DIREITO
NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
(LATO E STRICTO SENSU) E PROFISSIONAIS
DA ÁREA DO DIREITO.



“Neste livro a dupla de coautores aborda temas importantíssimos acerca da matéria jus-econômica, como *O Poder Econômico de Mercado*; sobre aspectos muito pouco analisados no âmbito jurídico, como os *Monopólios*, *Oligopólios*, *Monopsônios* e *Oligopsônios*; a trajetória das normas *antitruste*, iniciando pelo *Sherman Antitrust Act* (de 1890), pelo *Clayton Antitrust Act* (de 1914) e chegando à *Teoria dos Jogos* e o *Equilíbrio de Nash*. Analisa, também, o importantíssimo conceito de *Mercado Relevante*, tema fulcral para o Direito da Concorrência. Trata, ainda, do *Processo Administrativo de Concentração*, essencial para pleitear perante o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entre outras temáticas”.

Fernando Facury Scaff

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10002667

K88	<p>Koury, Suzy Elizabeth Cavalcante Direito Econômico e concorrência: estudos e perspectivas / Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Felipe Guimarães de Oliveira.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.</p> <p>273 p. E-book.</p> <p>ISBN: 978-85-450-0762-3</p> <p>1. Direito Econômico. 2. Teoria Econômica. 3. Direito Concorrencial. I. Oliveira, Felipe Guimarães de. II. Título.</p>	<p>CDD 341.378 CDU 346</p>
-----	--	---------------------------------

Felipe Guimarães de Oliveira é Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA), instituição da qual também é professor na Graduação (Direito Econômico e Consumidor), Pós-graduação e na Escola Superior da Advocacia (ESA – OAB/PA). Coordenador-geral da Clínica de Superendividamento (CSE-CESUPA). Líder do Grupo “Consumo Responsável e Globalização Econômica”. É autor da obra *Direito do Consumidor Superendividado* (Lumen Juris, 2017). Consultor Jurídico, Parecerista e Advogado. *E-mail*: fguima.oliveira@hotmail.com.

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury é Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Pará (1984) e realizou doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Possui extensão universitária em Economia do Trabalho e Sindicalismo, com carga horária de 360 horas, pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2013/2014). Atualmente é professora dos Cursos de Graduação e Mestrado do CESUPA – Centro Universitário do Pará e exerce o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, cujo quadro integra desde 2002. Publicou a primeira edição da obra *A desconsideração da Personalidade Jurídica e os Grupos de Empresas*, em 1993, que reviu e ampliou em 2011, organizou a obra *Direito Empresarial: os Novos Enunciados da Justiça Federal*, em 2013 e, em conjunto com Elizabeth Reymão, as obras *Desenvolvimento, Trabalho e Políticas Públicas*, em 2016 e *O Capital no Século XXI: Piketty e a Economia da Desigualdade*, a última pela Editora Fórum.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Fernando Facury Scaff	13
CAPÍTULO 1	
O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE NA OBRA DE WASHINGTON PELUSO ALBINO	21
1 O professor Washington Albino.....	21
2 A origem do princípio da economicidade.....	25
3 A aplicação do conceito de economicidade.....	30
4 A aplicação jurisprudencial da economicidade.....	34
5 À guisa de conclusão: economicidade: a atualidade da ideia de ética na economia	37
Referências	38
CAPÍTULO 2	
A CRFB/88, O CAPITALISMO E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO	39
Introdução	39
1 Os diversos capitalismos e o direito econômico.....	40
2 A ideologia constitucionalmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro: o direito ao desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana	46
Conclusão	52
Referências	53
CAPÍTULO 3	
INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL	57
1 Introito	57
2 O fenômeno do superendividamento e a defesa do consumidor: uma imposição constitucional	59
3 As possíveis “válvulas de escape” na prevenção e combate ao superendividamento do consumidor de crédito no Brasil: existem novos instrumentos?	67
Conclusão.....	75
Referências	76
CAPÍTULO 4	
GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR NA ERA DA HIPERMODERNIDADE	79
1 Introdução	79
2 Capitalismo, mercado de massas e globalização econômica.....	81
3 O fenômeno do superendividamento na era da hipermodernidade e o direito do consumidor no Brasil.....	86
4 Considerações finais	95
Referências	97

CAPÍTULO 5	
DIREITO ECONÔMICO DO TRABALHO:	
A TERCEIRIZAÇÃO E O INCREMENTO DOS	
ACIDENTES DE TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO..... 99	
1	Introdução..... 99
2	As revoluções industriais e o capitalismo: as mudanças no mundo do trabalho..... 101
3	A precarização do trabalho e suas consequências no meio ambiente laboral..... 108
4	A legislação e a jurisprudência trabalhista quanto aos acidentes de trabalho no setor elétrico..... 114
5	Conclusão..... 120
Referências 121	

CAPÍTULO 6	
APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A	
DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO DIREITO	
ANTITRUSTE..... 125	
1	O pensamento econômico..... 125
1.1	Corporações de ofício e a Idade Média..... 125
2	Adam Smith e o liberalismo econômico 129
3	Joseph Alois Schumpeter e a escola schumpeteriana da concorrência 133
4	John Maynard Keynes e o intervencionismo estatal..... 137
5	The Sherman Antitrust Act, de 1890 (<i>Sherman Act</i>)..... 142
6	The Clayton Antitrust Act, de 1914 (<i>Clayton Act</i>) 148
7	A Teoria dos Jogos (The Theory of Games) e o “Equilíbrio de Nash” 149
Referências 152	

CAPÍTULO 7	
PODER ECONÔMICO DE MERCADO E DIREITO	
CONCORRENCIAL 155	
1	O poder econômico de mercado 155
1.1	Conceito e definição..... 155
2	O mercado relevante (<i>relevant market</i>)..... 158
2.1	Mercado relevante material..... 159
2.2	Mercado relevante geográfico 161
2.3	Mercado relevante temporário..... 164
3	O mercado competitivo (<i>competitive market</i>)..... 165
3.1	Mercado perfeitamente competitivo (concorrência perfeita)..... 165
3.2	Mercado imperfeitamente competitivo (concorrência imperfeita)..... 167
4.	O mercado soberano (<i>sovereign market</i>)..... 169
4.1	Monopólio..... 169
4.1.1	Monopólio convencional..... 169
4.1.2	Monopólio natural 174
4.1.3	Monopólio decorrente de inovação tecnológica..... 176
4.1.4	Monopólio legal 178
4.2	Oligopólio..... 181
4.3	Monopsônio 184
4.4	Oligopsônio..... 184
Referências 185	

CAPÍTULO 8	
BACEN VS. CADE: POR UMA COMPETÊNCIA REGULATÓRIA COMPLEMENTAR NA ANÁLISE DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR BANCÁRIO.....	
	187
	Introito
	187
1	Os atos de concentração econômica no setor bancário.....
	189
2	Sistema Financeiro Nacional, BACEN e CADE: competências em matéria de concentração bancária
	193
3	O Parecer nº 20/2001 da Advocacia-Geral da União e a judicialização do conflito de competência.....
	197
4	A competência regulatória complementar na análise dos atos de concentração econômica do setor bancário
	201
	Conclusão.....
	209
	Referências
	210

CAPÍTULO 9	
CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS NA PRÁXIS MERCANTIL E O DIREITO DA CONCORRÊNCIA.....	
	213
1	Concentrações empresariais e mercado.....
	213
1.1	Fusão
	217
1.2	Incorporação de sociedades.....
	220
1.3	Incorporação total de ações e subsidiárias integrais.....
	223
1.4	Cisão.....
	226
1.5	<i>Drop Down</i>
	229
1.6	Consórcio societário.....
	231
1.7	<i>Joint venture</i>
	233
1.8	<i> Holding</i>
	235
	Referências
	236

CAPÍTULO 10	
O DIREITO PROCESSUAL DA CONCORRÊNCIA E O CONTROLE DAS CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS NO BRASIL	
	239
1	Breve introito
	239
2	A análise prévia (<i>prior review</i>) em atos de concentração econômica
	241
2.1	Definição.....
	241
2.2	A legislação comparada: os regimes norte-americano e europeu no sistema da <i>prior review</i>
	242
2.3	O prazo para a aprovação do ato de concentração e a aprovação tácita pós-veto presidencial do art. 64 da Lei nº 12.529/11.....
	245
2.4	Aplicação de multa pecuniária em casos de descumprimento ao sistema da <i>prior review</i> : o <i>gun jumping</i>
	247
2.5	Da exigência de submissão de atos de concentração não enquadrados na análise prévia
	249
3	Do processo administrativo de concentração
	250
3.1	Do processo administrativo na Superintendência-Geral.....
	250
3.2	Do processo administrativo no Tribunal Administrativo
	254
3.3	Procedimento sumário
	258
3.4	A possibilidade de relativização da ilegalidade <i>per se</i> pela regra da razão (<i>rule of reason</i>)
	263
4	Das execuções judiciais de decisões do CADE
	268
	Conclusão.....
	271
	Referências
	273